

A guerra do Rio

"O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções da natureza"
(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 136).

Almoçando em um restaurante carioca não pude deixar de ouvir a opinião de um senhor aposentado sobre o Exército nas ruas do Rio. Dizia ele que 1.600 homens conseguiram fazer o que 50.000 policiais deixaram a desejar: manter as ruas tranqüilas. Falando com uma convicção quase apaixonada, ele ponderava: "(...) e por que isso? Porque os policiais estão todos comprados, são todos corruptos. Foi só colocar gente nova que o tráfego sufocou!". De certo, a opinião daquele senhor (cujo anonimato me parece sábio) é a da maioria da classe média. O constrangimento da violência, os assaltos e roubos de cada dia levam a uma atitude reducionista: "bandido bom é bandido morto!".

O Rio, enquanto cartão postal do país, costuma ocupar a mídia com o seu melhor e o seu pior. Das belas praias às guerras urbanas, tudo que acontece no Rio vira notícia mundo a fora. Entretanto, a questão carioca é apenas um microorganismo de um problema social brasileiro. A curto prazo, o Exército pode (e deve, como reza a epígrafe deste artigo) por fim a baderna, mas a médio e longo prazo sua presença nas ruas é insustentável. Seja porque não tem função de polícia, seja porque tenderá a sofrer dos mesmos males que sofre a atual polícia – corrupção endógena. É louvável que o Exército Brasileiro (ainda) consiga cumprir com seu papel constitucional e reagir positivamente a uma provocação do tráfego de drogas. Tornar essa intervenção permanente (como exclamam os mais fervorosos) é percorrer um caminho perigoso.

Nesse momento, gostaria de lhes apresentar uma (pequena) visão econômica do tráfego de drogas, que servirá para ilustrar mais a frente uma solução estrutural para o problema. Imagine que o tráfego de drogas seja um mercado, como qualquer outro – o que de fato o é, não levando em consideração a questão da legalidade. Nesse mercado existem compradores (que compõem a demanda do mercado) e vendedores (que formam a oferta do mercado). Os compradores são indivíduos portadores de necessidades humanas, que possuindo capital, transformam essa necessidade em demanda de mercado. Os vendedores são pessoas que percebem essa demanda de mercado e atuam de forma a supri-la, parcial ou integralmente. É assim que funcionam as coisas em uma economia de mercado. A questão da legalidade (que representa uma rito moral e ético) não entra, a questão é puramente econômica.

O problema em si (e aqui corro o imenso risco de parecer defensor do tráfego de drogas) não são as drogas, mas como o "mercado do trafego" se estruturou. Isso porque droga por droga,

o álcool, os antidepressivos e o cigarro (por exemplo) também o são. Com efeito, nesse ponto é que deve ser analisada a questão das favelas (cariocas ou não) no problema. Foi nelas que esse mercado ilegal encontrou as bases para prosperar. Encontrou uma estrutura social desgarrada de recursos públicos, com mão-de-obra farta e uma população totalmente marginalizada de seus direitos enquanto cidadãos. Não é de espantar porque é tão difícil coibir a compra e venda nesse mercado que movimentava bilhões de reais todos os anos.

E não foram os narcotraficantes que construíram essa estrutura social, eles apenas agiram de forma empreendedora – por mais absurdo que isto possa soar para os “ouvidos da classe média”. A questão das favelas brasileiras é um problema que vem desde a abolição da escravatura, passando pelas reformas urbanas de Pereira Passos (no caso Rio de Janeiro) e ganhando força com a industrialização do país – que geraria um frenético fluxo migratório para o Sudeste. Perceba que os erros foram sendo cometidos no curso de mais de um século, como (então) poderiam ser resolvidos *per se* com as Forças Armadas nas ruas? A questão é muito mais ampla, ela tem um viés econômico e outro social.

Assim, restringir o tráfico de drogas ilícitas deve ser visto como algo amplo e desprovido de ações populistas. É preciso atuar tanto na questão econômica (oferta e demanda do “mercado do tráfico”), quanto na questão social. No lado econômico, o Estado deve promover (por exemplo) ações de controle nas fronteiras, de modo a sufocar o abastecimento de armas e de matéria-prima (drogas). Além disso, deve coibir a “lavagem de dinheiro do tráfico”, por meio de rastreamento mais eficaz desses capitais ociosos. No lado social, o Estado deve promover uma reurbanização, que seria (grosso modo) uma espécie de “êxodo urbano”. Dar condições suficientes de desenvolvimento local seja no Norte ou Nordeste do país, através de agências estatais de fomento e iniciativa privada.

Os governos já fazem isso? Sim. Não são idéias novas, nem originais. O que difere é uma questão de entendimento do problema e intensificação da solução. Todos sabem o que deve ser feito, todos sabem quais soluções devem ser visualizadas, mas as ações ou não são executadas, ou são desproporcionais. Por que? Prefere-se acreditar na visão “classe média”, reduzida e míope. Focaliza-se ações de curto prazo, como a opção das Forças Armadas nas ruas. O conservadorismo da sociedade média brasileira esmaga qualquer opção de resolução estrutural do problema do tráfico de drogas. Pensar em solução exige a focalização e priorização de ações estruturais e não meros remendos, que cedo ou tarde falharão.

Ninguém disse que é fácil acabar com o tráfico de drogas. Os que (por exemplo) culpam as favelas não enxergam as quadrilhas de classe média alta, que traficam drogas industrializadas em bairros nobres. É ser míope a questão dizer que os moradores das favelas são coniventes com o tráfico. Em determinado momento, por mais contrário a essa idéia você seja, a sua família é posta em risco e você precisa fazer concessões. A regra do jogo é não ter regras.

Portanto, a sociedade média brasileira precisa parar de ser reducionista e cobrar do Estado uma solução estrutural para o processo. A guerra do Rio não é só dele, pertence ao Brasil, está mais do que enraizada na estrutura social do país. Se quisermos sair dessa crise precisamos pensar racionalmente, desprovidos de uma visão de curto prazo. Afinal, levamos décadas para construir nossas favelas, desestruturá-las poderá levar (de certo) igual período.

Vítor Wilher